



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA
DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DOS 2º e
3º QUADRIMESTRES DE 2023 E DO 1º QUADRIMESTRE DE 2024, REALIZADA NO
DIA 10 DE JULHO DE 2024, ÀS 10H30MIN, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS
DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito bom-dia.

Vamos dar início à demonstração e avaliação do Relatório de Gestão Fiscal dos 2º e 3º Quadrimestres de 2023 e 1º Quadrimestre de 2024, convidando para fazer parte da mesa o senhor Secretário de Estado da Fazenda, Cleverson Siewert; o senhor Secretário Adjunto de Estado da Fazenda, Julio Cesar Marcellino; e também a diretora de Contabilidade e Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, senhora Graziela Luiza Meinheim.

De imediato passo a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, Cleverson Siewert, e sua equipe para que façam, em trinta minutos, a referida apresentação.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO CLEVERSON SIEWERT (SC) – Muito bom-dia a todos.

Em nome do Governador do nosso Estado, Jorginho Mello, e da Vice-Governadora, Marilisa Boehm, eu cumprimento todas as senhoras, todos os senhores aqui presentes, e de forma especial o Presidente da Comissão de Finança e Tributação, Deputado Marcos Vieira, o seu Vice-Presidente Lucas Neves, assim como os demais membros que fazem parte, Deputados Fernando Krelling, Ivan Naatz, Jair Miotto, Jessé Lopes, Antídio Lunelli, Mário Motta e a Deputada Luciane Carminatti. É um prazer enorme estar aqui com vocês mais uma vez.

Nós estamos aqui hoje atendendo um dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que faz com que o Poder Executivo dê cumprimento às metas fiscais ao final de cada quadrimestre. O intuito é assegurar, naturalmente, a todos que aqui estão presentes e aos que possam estar eventualmente nos assistindo, a transparência dos gastos públicos, a consecução de metas fiscais e também a observância dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós vamos fazer, basicamente, a apresentação dos 2º e 3º Quadrimestres de 2023 e depois do 1º Quadrimestre de 2024, e pelo tempo exíguo vamos precisar avançar um pouco. Mas todos esses resultados que nós vamos falar a partir de agora estão resumidos em dois relatórios, o Relatório da Execução Orçamentária, que é bimestral, e também o Relatório de Gestão Fiscal, que é quadrimestral. Todos esses dados são consolidados pela Diretoria de Contabilidade e Informações Fiscais da Secretaria da Fazenda – e eu tenho aqui ao meu lado a Graziela, que foi diretora dessa área até algum tempo atrás, hoje a Vera Lúcia Hawerth Santana, que também está aqui conosco, assumiu essa Diretoria, mas por esse tempo ser da Graziela, ela está aqui comigo, e junto também temos o Julio Marcellino, que é o nosso Secretário Adjunto.

É interessante perceber, pessoal, que a qualidade dos dados contábeis em Santa Catarina continua sendo destaque nacional. Num *ranking* feito pelo Tesouro Nacional, nós continuamos tendo nota A, com 97,6% de acerto em todas as verificações contábeis.

Antes de mostrar alguns itens, começando com receitas arrecadadas, eu queria fazer um rápido comentário.



Uma das premissas do Governador Jorginho Mello sempre vai ser transformar dados em informações, então esse é um item bastante relevante. Outro item importante é sempre termos em mente que 2023 foi um ano bastante diferente do ponto de vista da macroeconomia, não é? Nós começamos tendo um cenário bastante desafiador do ponto de vista global por conta dos efeitos da pandemia: primeiro tivemos uma retração no consumo e depois um consumo muito forte, o que acabou fazendo com que a inflação mundial fosse bastante grande; começamos o ano passado com uma guerra na Ucrânia, ou seja, o preço de *commodity* mundial crescendo enormemente; nós tínhamos um risco de guerra entre o Hamas e Israel, numa escalada maior; tivemos uma desaceleração do crescimento da China em função do problema da construção civil, que é 25% do PIB chinês; as tensões entre Estados Unidos e China. Enfim, tudo isso fez com que o mundo sofresse, naturalmente. Além disso, aqui no Brasil estávamos com um novo governo se instalando, e sempre que você tem um novo governo, criam-se aí algumas dificuldades. Então esse era o contexto que a gente via no início do ano.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Eu vou começar mostrando para vocês, então, as receitas. A Receita Bruta do Estado cresceu basicamente 7,88% - isso ainda é sem tirar Municípios, ou seja, 25% do ICMS e 50% do IPVA, mais o Fundeb. É interessante percebermos que vínhamos falando sobre isso, em 2021 e 2022 crescimentos muito grandes, em 2023 um crescimento mais moderado, absolutamente alinhado com o que sempre vínhamos falando. Essa receita arrecadada vem, basicamente, de impostos, com 70%, e depois se nós somarmos as transferências correntes, a contribuição previdenciária e o Fundeb, nós chegamos aí a mais de 90% da receita do Estado.

Por outro lado, quando tiramos, que são as deduções, ou seja, tiramos 25% do ICMS, 50% do IPVA e o Fundeb, além das demais deduções – são quase R\$ 18 bilhões que tiramos dessa receita –, vamos então para uma receita líquida arrecadada, digamos assim, que é o valor que o Estado tem para custear as suas despesas, na casa dos R\$ 45 bilhões. Essa receita, basicamente, vem da receita tributária, que tem aí 80% do seu volume. *[Transcrição e Leitura: Siomara G. Videira]*

E aqui é interessante perceber que o Estado de Santa Catarina é um Estado que faz por si só: mais de 95% das nossas receitas são receitas próprias. Nós estudamos os últimos três anos, só como curiosidade, e verificamos que Santa Catarina é o 5º Estado do Brasil que mais manda recurso para o governo federal – eu estou falando aqui de Imposto de Renda, IPI, IOF, ITR, Imposto de Importação e Previdência. Contudo, nós somos o 24º que menos recebe, nós estamos lá no final da lista. Essa relação do envio e do recebimento é da ordem de 10%, quando a média nacional é de 140%. Então esse é um item que, naturalmente, não é desse ou daquele governo, é um item que eu acho que todos nós precisamos sempre estar atentos para podermos trabalhar para o bem do nosso Estado.

Nas transferências federais da União, que fazem parte aqui do nosso Estado, eu fiz aqui uma digressão: de 2014 até 2019 esse número era da ordem de R\$ 3 bilhões por ano; de 2020 a 2022, vocês podem ver ali (*aponta para o gráfico*) que a média é de R\$ 4 bilhões por ano, ou seja, alinhado com aquilo que sempre vimos falando, mais recursos de transferências extraordinárias e temporárias no período da pandemia; e agora em 2023 aumentou um pouco mais ainda. E por que aumentou? Por dois fatores.

Lá em 2022 nós tivemos aquela Lei 192 e 194, que diminuiu o imposto de 25% para 17% em quatro segmentos da economia. E nós, no ano passado, fizemos um acordo - quando eu digo nós, eu digo os Estados - com a União, e R\$ 45 bilhões era a pedida dos Estados para que tivéssemos aqui os recursos, mas R\$ 23 bilhões foi o valor que nós conseguimos estruturar e Santa Catarina teve R\$ 1,2 bilhão desse valor. Nós recebemos no ano passado mais ou menos R\$ 900 milhões, os valores de 2023 e 2024; e mais R\$ 400 milhões do SUS a mais que nós tivemos também.



E aqui eu quero ressaltar o trabalho que a Secretária Carmen fez lá na Saúde, fazendo habilitação de leitos, fazendo habilitação de cadastro de procedimentos. Nós tivemos R\$ 400 milhões a mais do SUS do que a média histórica do Estado. Então foi um trabalho superbacana, e quando nós tiramos esses dois valores, nós voltamos para aquela média ali. E repito, foram valores diferenciados que nós tivemos.

Quando nós olhamos as aplicações financeiras, percebemos claramente que no passado, e eu peguei aqui um histórico de 2018 até 2021, eram mais ou menos R\$ 240 milhões por ano. A partir de 2022 os números são bem maiores, e por dois motivos: eu acho que foi mais correta a gestão de caixa e, de outro lado, a Selic também crescendo fortemente – nós temos uma Selic acima de dois dígitos, o que naturalmente faz com que as receitas acabem sendo maiores em relação a esse item de aplicações financeiras.

Agora vou começar a falar para vocês um pouco sobre os conceitos de receitas.

Esse primeiro conceito, de Receita Corrente Líquida, é a receita que impõe limites para gastos de pessoal, dívida líquida, operações de crédito. Uma próxima receita é a Receita Resultante de Impostos, e com essa aqui vemos os recursos de Saúde e de Educação. A Receita Líquida Disponível serve de base de cálculo para o duodécimo dos Poderes, e ali do lado podemos ver todos os duodécimos vigentes (*aponta para o gráfico*), cujos números no ano passado chegaram a R\$ 6,3 bilhões, repassados a todos os nossos Poderes.

Essa foi uma contextualização rápida sobre a questão das receitas e agora vamos falar um pouquinho de despesa, e eu vou sempre me focar no Poder Executivo, porque eu acho que esse aqui é o nosso principal ponto e não avaliar os Poderes de uma forma geral.

Então, dentro do Poder Executivo eu acho que nós temos um trabalho muito bacana para poder falar, que é a responsabilidade fiscal. O Governador Jorginho Mello, é sabido, desde o início de 2023 fez um trabalho avaliando as contas públicas, os números que enxergamos eram muito piores do que aqueles que tínhamos imaginado, nós tínhamos uma diferença entre receitas e despesas previstas para o final do ano passado de 8%, ou seja, mais ou menos R\$ 3 bilhões, e o Governador Jorginho Mello, transformando desafios em oportunidades, aplicou vários modelos de gestão da iniciativa privada e também os melhores já feitos aqui no mundo público e fez lá o que chamou de Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina, o nosso Pafisc, que tinha uma linha de atuação muito clara, prazos definidos e metas estabelecidas. E um ano depois nós conseguimos entregar um balanço bastante adequado para a sociedade de Santa Catarina e para a avaliação de cada um dos senhores, balanço esse que foi aprovado por unanimidade no Tribunal de Contas em recente sessão lá feita. [*Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Agora o ponto que eu preciso destacar com vocês é aquele 2,7% negativo (*aponta para o gráfico*). Se olharmos vinte anos para trás, é a primeira vez que o Estado de Santa Catarina diminui as suas despesas de um ano para o outro, vemos 2022 com um crescimento de 30%, 2021 com um crescimento de 22%. Então é a primeira vez que o Estado de Santa Catarina diminui as suas despesas, o que naturalmente merece todo o nosso destaque, pois quase R\$ 1 bilhão de redução de despesas de um ano para o outro é algo que merece ser naturalmente colocado em vista.

Começando a olhar as despesas de uma forma geral, primeiro vemos a folha, que no ano passado cresceu 6,6%. Vale lembrar, pessoal, que nós vínhamos numa linha de tendência bastante grande, e se olhássemos 2013 até 2020, as despesas de folha cresciam mais ou menos R\$ 700 milhões por ano, mas em 2021 cresceu R\$ 1,5 bilhão, em 2022 cresceu R\$ 3,5 bilhões, portanto cinco vezes mais do que a média histórica. E se nós viéssemos com essa linha de tendência, a folha deveria crescer no ano passado mais de R\$ 2 bilhões. Ela cresceu R\$ 1,3 bilhão, justamente fruto do trabalho de contenção de ajustes que o governo se propôs a fazer, obviamente trazendo para dentro casos pontuais que eram necessários.



Outro ponto importante também é em relação à manutenção dos serviços, e quando falamos de manutenção dos serviços nos referimos a todas as despesas operacionais dos órgãos, desde as OSs da Saúde, até transporte escolar, merenda, diárias etc. E nesse ponto nós também tínhamos uma linha de tendência bastante grande, que deveria chegar a mais de R\$ 12 bilhões em 2023, mas com muito ajuste, com muito trabalho interno, feito por todas as Secretarias de Estado, feito por todos os colegas pertencentes ao governo, nós conseguimos fazer um ajuste importante, tendo um crescimento bastante menor de apenas R\$ 1,2 bilhão no ano passado.

Quando olhamos para investimentos... E aqui alguém poderia dizer que os investimentos caíram bastante, e é uma verdade, mas eu acho que nós não podemos comparar 2021 e 2022, porque tivemos recursos extraordinários e temporários, já demonstrados em várias apresentações. Mas o que eu posso dizer para vocês é que se nós olharmos de 2014 até 2020, o ano de 2023, em comparação com a média desses anos todos é 80% maior. Então, foi o segundo maior investimento da história de Santa Catarina, mesmo sem termos todos os recursos extraordinários e temporários que tiveram no Estado em anos anteriores. Portanto, creio que conseguimos demonstrar uma lógica bastante positiva.

A dívida pública também segue uma trajetória com o seu pagamento, dentro da lógica pertinente.

Comportamento da despesa com pessoal. Lei de Responsabilidade Fiscal, a Receita Corrente Líquida é a que faz base, e chegamos ao final do ano passado com 42,59%. As aplicações em saúde foram de 14,79%, quase R\$ 1 bilhão a mais do que aquilo que é exigido. As aplicações em educação foram 25,49%, R\$ 170 milhões a mais do que aquilo que foi atingido – e aqui mais uma vez eu defendo que o nosso objetivo não é quanto mais, melhor, e, sim, a qualificação do gasto público. E aqui na educação eu acho que é um ponto importante nesse sentido. Os recursos do Fundeb também devidamente instruídos, 78,91%, então cumpridos; também ensino superior cumprido. Então, os dois indicadores da Constituição Federal e os dois da Constituição Estadual estão devidamente cumpridos, mais de R\$ 1,3 bilhão a mais do que aquilo que foi obviamente ajustado ou é dito em lei foi cumprido.

A Previdência eu acho que é um ponto extremamente relevante – e aqui eu quero fazer um comentário bastante rápido. A Previdência no Brasil, no ano passado, custou R\$ 400 bilhões, aproximadamente 4% do PIB. Desses R\$ 400 bilhões, perto de R\$ 300 bilhões é déficit, sendo que desses R\$ 300 bilhões de déficit, 65% é Regime Geral de Previdência Social, são 28 milhões de trabalhadores do setor privado; e 35% desse valor são para servidores públicos, militares e pensionistas, com 1 milhão de trabalhadores. E o que é pior, essa tendência tende a piorar. Quando pegamos o último censo do IBGE, vemos que o número de pessoas com mais de 60 anos, e que, portanto, usam a Previdência, cresceu 4,5 vezes entre 1980 e 2022, sendo que o número de pessoas que contribuem para a Previdência cresceu só 2 vezes. Então esse buraco tende a aumentar. Esse buraco, que hoje é de 4% do PIB, tende a virar 10% do PIB nos próximos dez anos, o que naturalmente terá um impacto enorme nas contas públicas federais e que também trará uma lógica para os Estados. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite*]

Como é aqui em Santa Catarina? A nossa despesa de Previdência é de mais ou menos 1% do PIB. No ano passado foi feito um movimento extremamente importante pelo governo do Estado, em parceria com esta Casa Legislativa, buscando a segregação de massa. Então o futuro se resolve e o passado precisa ser trabalhado.

Este ano esta Casa Legislativa fez um segundo movimento extremamente importante ao aprovar o Fundo Imobiliário, que fará com que possamos ter recursos extras justamente para compor e cumprir esse déficit passado, que é da ordem de quase R\$ 600 milhões por mês que nós tiramos do Tesouro para esse assunto.

Sobre os resultados e indicadores, eu vou passar para a Grazi, que vai falar rapidamente sobre isso. Por favor, Grazi.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Permita-me somente convidar para fazer parte da mesa a senhora Jeane Rauh Probst Leite, presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, com quem, após a apresentação do Secretário Cleverson, iremos tratar das Transferências Especiais Voluntárias. Seja bem-vinda.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Um bom dia a todos.

Cumprimento o senhor Presidente desta Comissão, excelentíssimo Deputado Marcos Vieira, e assim cumprimento todos os presentes e todos que nos acompanham nesta sessão.

Vou apresentar rapidamente os principais resultados e indicadores apurados no final do ano de 2023, divididos em resultado orçamentário, resultado primário nominal, resultado financeiro e indicadores de endividamento.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Em relação ao resultado orçamentário, que é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas executadas, tivemos um superávit orçamentário de R\$ 1,730 bilhão, o que representa que as receitas foram maiores do que as despesas arrecadadas, cumprindo o equilíbrio orçamentário. Em relação ao resultado primário, que é a diferença entre as receitas e despesas mais operacionais, este é um resultado extremamente importante para a diminuição e o pagamento da dívida. Então nós temos uma meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi de R\$ 653 milhões de superávit orçamentário, e nós cumprimos essa meta estabelecida, obtendo como resultado primário apurado R\$ 2,977 bilhões em 2023.

O resultado nominal em 2023 representa a diferença entre a dívida consolidada líquida no final do ano de 2023 comparada a 2022. E o que representa o valor de R\$ 2,576 bilhões? Isso representa uma diminuição da dívida consolidada líquida – aqui nós também tínhamos uma meta a ser cumprida de R\$ 441 milhões previstos na LDO, então representa o cumprimento da meta de resultado nominal.

O superávit financeiro do Poder Executivo, que é o saldo das disponibilidades financeiras, incluindo aqui o Regime Próprio de Previdência também e todas as obrigações financeiras, e esse recurso deve ser utilizado para a abertura do crédito adicional, foi na ordem de R\$ 5,1 bilhões em 2023. Também destacamos que em 2022 nós tínhamos um déficit na Fonte 100, que é a principal fonte de recursos do Tesouro do Estado, e em 2023 nós tivemos um superávit de R\$ 600 milhões.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO CLEVERSON SIEWERT (SC) – Aqui eu quero somente fazer um comentário.

Eu olhei um pouquinho para trás e de 2015 até 2019, todos os anos aquele resultado da Fonte 100 foi negativo. Em 2020 e 2021 o resultado foi positivo e em 2022 foi negativo novamente. O governo passado, obviamente, só não teve as contas rejeitadas e se tornou inelegível por conta de uma aprovação no Congresso Nacional que deu um *waiver* para todos os Estados, inclusive para o governo federal. Então nós já iniciamos com um caixa positivo, e é assim que nós vamos continuar.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Em relação aos indicadores de endividamento, que também são limites estabelecidos tanto pela Lei de Responsabilidade Fiscal quanto pelas resoluções do Senado Federal. O limite da Dívida Consolidada Líquida é de 200% da Receita Corrente Líquida, e o nosso limite é bem baixo, é de 33,24%.

As garantias e contragarantias concedidas em relação aos empréstimos que são contratados, principalmente pelas empresas estatais, o limite é de 22% da Receita Corrente Líquida e o nosso percentual é apenas de 4%. E as operações de crédito também têm um limite estabelecido em 16% da Receita Corrente Líquida e no ano passado nós quase não tivemos operações de crédito, então foi de 0,05%.

Obrigada.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO CLEVERSON SIEWERT (SC) – Se puderem colocar a outra apresentação, em dez minutos nós finalizamos para podermos passar



ao primeiro quadrimestre, que é bastante parecido com este – nós focamos mais na gestão do ano de uma maneira geral, 2023 fechado.

E agora eu vou fazer alguns comentários específicos sobre o primeiro quadrimestre para vocês terem uma noção. A apresentação segue, basicamente, a mesma lógica, mas eu vou abordar alguns pontos que eu acho são importantes nós termos como diferencial. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Rafael José de Souza*]

(Continua a utilizar imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Primeiro, receita arrecadada: até o ano passado nós vimos aproximadamente 8% de crescimento e este ano, no primeiro quadrimestre, nós estamos com 18%. É importante destacar que nós temos uma parceria feita entre o governo do Estado e esta Casa Legislativa, que foi o Recupera Mais, o Programa de Recuperação Fiscal, que foi um pedido muito grande dos empreendedores de Santa Catarina. E nós podemos fazer uma conta para verificar que esse programa representou mais ou menos 4,5% daquele valor. Então, de 18,19%, mais ou menos 13,5% é de arrecadação e o resto é o Recupera Mais. Essa é a conta que precisamos trabalhar de forma bastante clara.

Outro ponto que é importante e vale a pena ser destacado é sobre as transferências da União: os primeiros quadrimestres dos anos de 2021, 2022 e 2023 bastante alinhados e 2024 com um crescimento ainda maior. E aqui, mais uma vez, gostaria de fazer um registro para a Secretária Carmen: além dos R\$ 400 milhões a mais que ela trouxe para hospitais e procedimentos, só no primeiro quadrimestre deste ano foram mais R\$ 300 milhões. Ela tem conseguido cadastrar e fazer as coisas acontecerem de tal sorte que os recursos para a Saúde têm chegado de forma bastante efetiva e conseguimos ver isso claramente nos números.

Outro ponto que eu acho que vale a pena ser destacado, Deputados, diz respeito às despesas. No ano passado nós vimos que as nossas despesas caíram 2,7%. Naturalmente que com o governo ajustado, com as contas em dia e muitos dos planos acordados com a sociedade nas urnas, muitos já internalizados, nós começamos a trabalhar de uma forma muito mais adequada. Então percebemos que as despesas crescem 14% e, ainda assim, muito menos do que em anos anteriores, mas é importante dizer – e nós colocamos ali do lado (*aponta para a imagem*) – que 50% do crescimento dessas despesas são investimentos. O governo transfere despesa para investimento e se tirássemos os investimentos, o crescimento teria sido de 7%. Então eu acho que é algo bastante importante para nós olharmos.

Quando olhamos para a folha, no 1º quadrimestre a folha cresce menos do que a inflação, ou seja, continuamos com um processo de bastante cuidado e atenção, porque é um item extremamente relevante. Quando olhamos para a manutenção, vemos um crescimento grande de 19%, e aqui eu volto ao que acabei de falar: só a Saúde, com os recursos extras que têm vindo para nós, significa 63% daquele valor. Então a Saúde tem sido um item bastante relevante dentro desse crescimento e nós colocamos ali em baixo (*aponta para a imagem*) para que vocês, naturalmente, tenham ciência e noção daquilo que tem.

Os investimentos, como eu falei há pouco, crescem 50% do total do crescimento das despesas, o que é bastante relevante; o serviço de dívida continua caminhando adequadamente; limite de Lei de Responsabilidade Fiscal, no 1º quadrimestre estamos com 40,85%; aplicação em saúde já cumprindo os 12%; aplicação em educação, com 21,46%, lembrando que o número sempre é no final do ano. Se fecharmos em julho, nós já estamos perto dos 25%, estamos com 24% e alguma coisinha, ou seja, começa a ter uma execução mais forte na educação também; sobre o Fundeb, esse número também já está acima dos 85% quando vamos lá para junho, é natural o processo de evolução da execução ao longo do ano; sobre a Previdência, eu já falei na explicação passada.

Grazi, você quer comentar alguma coisa sobre os indicadores?



A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Então, sobre o resultado orçamentário, estamos na ordem de R\$ 2,980 bilhões, só fazendo o alerta de que no final do exercício nós comparamos as despesas em relação às despesas empenhadas e aqui, durante o exercício, nós verificamos as despesas liquidadas.

Em relação ao resultado primário, a meta era de R\$ 1,078 bilhão e estamos cumprindo a meta. Então o resultado primário do 1º quadrimestre é de R\$ 2,5 bilhões; sobre o resultado nominal, também houve o cumprimento da meta de R\$ 686 milhões, o resultado apurado no 1º quadrimestre é de R\$ 1,783 bilhão; quanto aos indicadores da dívida, o limite da dívida consolidada líquida baixou de 27,35% da Receita Corrente Líquida, nós tivemos uma diminuição do saldo da dívida consolidada; as garantias concedidas, de 3,81%, quando o limite é de 22%; e as operações de crédito com 0,09%.

Obrigada. [*Transcrição: Reinaldo T. Ouriques / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO CLEVERSON SIEWERT (SC) – Só para complementar a nossa apresentação, pessoal, e eu tenho mais cinco minutos, eu acho que vale a pena nós deixarmos claro que no ano passado nós tivemos, como eu falei, do ponto de vista macroeconômico, muitas dificuldades e incertezas. E o que aconteceu efetivamente no ano passado? Nós tivemos do ponto de vista local e institucional, freios e contrapesos do sistema político que contribuíram para uma agenda econômica muito mais pragmática, e eu acho que isso foi muito positivo. Acho que o Ministério da Fazenda deu um bom direcionamento, com prioridades estabelecidas, uma Reforma Tributária sobre o consumo muito questionada, mas que era necessária e que nós podemos discuti-la, mas ela tende a trazer evoluções.

Tivemos um novo regime fiscal implementado, decisões do Conselho Monetário Nacional para manter a inflação, manter as taxas estabelecidas. Do ponto de vista institucional local, nós tivemos vários segmentos que foram muito mais adequados na sua execução do que aquilo que nós imaginávamos. Para se ter uma ideia, o PIB do agro, no começo de 2023, tinha previsto um crescimento de 3,5% e ele cresceu 16% no ano passado. Nós tivemos a PEC da Transição, com R\$ 145 bilhões distribuídos em todos os Ministérios, e isso fez com que nós tivéssemos a possibilidade de ter aumento real do salário mínimo, aumento dos programas de transferências sociais, reajuste do funcionalismo público federal. Enfim, eu acho que todos esses recursos permitiram, e aí é uma política estabelecida hoje no governo federal, crédito e consumo, e eu não estou aqui fazendo juízo de valor, ela no curto prazo traz benefícios, no médio e longo prazos cria problemas, mas é o que nós temos hoje vigente.

E do ponto de vista global, nós tivemos uma resiliência muito maior dos países do que imaginávamos. Os Estados Unidos cresceram mais do que se imaginava, a China cresceu mais do que se imaginava. Enfim, tudo isso contribuiu para que naturalmente nós enxergássemos um pouco desses dados aqui em termos de crescimento de receita.

Então, o Governador Jorginho Mello deixa claro o seu posicionamento, que é bastante responsável do ponto de vista da lógica fiscal, de tal sorte que, com isso, nós possamos dar vazão ao que temos de mais prioritário, que são os programas de governo. Eu sempre costumo dizer que o Governador Jorginho Mello conhece o Estado, entende o Estado, um Estado que é associativista, um Estado que tem na geração de emprego e renda a sua maior força. E assim nós queremos continuar com programas já estabelecidos, como o Estrada Boa, Energia Boa, Cirurgias Eletivas e tantos outros que têm feito frente a vários números aqui respaldados.

Portanto, nós todos da Secretaria da Fazenda, irmanados com todos os outros Secretários de governo – e aqui ressalto o trabalho do Secretário Marcelo Mendes, da Casa Civil –, temos nos colocado à disposição de cada uma das Secretarias para fazer com que as coisas avancem, andem e possam se traduzir em mais emprego, renda e boa qualidade de vida para a nossa sociedade.



Eu quero agradecer também a todos os senhores Deputados que, independente de coloração partidária, nos apóiam, nos ajudam com críticas ou sugestões, e tudo isso é muito bem-vindo para que possamos sempre acertar cada vez mais. Nós somos um governo que não tem compromisso com o erro, nós queremos acertar e vocês fazem um papel extremamente relevante da democracia, da discussão e nos apóiam sempre.

Fica aqui o nosso registro de agradecimento e ficamos à disposição para qualquer tipo de discussão que nós possamos ter a partir de agora.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Agradecemos a participação do Secretário Cleverson e de sua equipe.

Abro a palavra aos senhores Deputados para que se manifestem.

Com a palavra a Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Quero cumprimentá-lo, Cleverson, e também a Graziela, e da mesma forma os demais membros aqui presentes.

Tenho apenas algumas questões, porque eu não percebi um detalhamento com relação aos investimentos no Programa Universidade Gratuita. Nós aprovamos uma alteração constitucional limitando os investimentos dos 25% em 5%.

Eu gostaria de saber: para além dos 5%, caixa geral, qual é o montante que foi investido até dezembro de 2023, ou seja, fechando o ano passado qual foi o montante investido no Universidade Gratuita? E também qual é o detalhamento do investimento do Fundeb 2023; qual o percentual final para a folha de pagamento e o restante do que foi investido? [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Clovis Pires da Silva*]

Por último, quero destacar: que bom que o Secretário faz uma síntese ao final, pois nela há muita lucidez em enxergar que ações no âmbito federal foram importantes, inclusive a própria reforma tributária, que é um debate de décadas e nós conseguimos avançar. Portanto, Santa Catarina, com todo o seu protagonismo, não é uma ilha, vive num espaço federativo e nesse espaço federativo a economia, indo bem, o Brasil se relacionando bem com diferentes países, Santa Catarina também ganha.

É importante dizer isso, porque aqui, muitas vezes, nos discursos de colegas Deputados, temos a impressão que estamos vivendo o caos econômico ou, há dois anos, se dizia que o Brasil iria afugentar investidores, iria quebrar a sua economia, e todos os indicadores são bem ao contrário. Temos percebido a queda do desemprego, o crescimento da receita e, pasmem, que contradição, o Senador que votou pela redução das receitas, inclusive de Santa Catarina, hoje é o Governador e se beneficia também com receitas na compensação tributária dos combustíveis quando o próprio governo federal faz, a partir da Fazenda, essa compensação. Coisas da vida, né? Coisas da vida. Que bom, hoje Santa Catarina está recebendo a compensação das perdas e isso é muito bom.

Mas eu volto nas duas questões: o Fundeb e o Universidade Gratuita. E lembrando que em relação à receita maior da saúde, é importante dizer que o Programa de Cirurgias Eletivas é do Ministério da Saúde, antes de ser lançado em Santa Catarina ele foi lançado pelo Ministério da Saúde. A Carmen Zanotto é uma profissional da área, muito bem relacionada com o Ministério da Saúde, eu mesma já a encontrei várias vezes em Brasília fazendo o papel que um bom gestor civilizado faz: ir em busca de recursos para trazer para o Estado. Eu queria deixar registrado isso.

Obrigada, Cleverson, e se puder responder, eu agradeço.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO CLEVERSON SIEWERT (SC) – Obrigado, Deputada.

Tentando ajudar nesse entendimento, em relação ao Fundeb, no final do ano passado gastamos com folha 78,91%, é o que colocamos ali - além disso eu tenho que pegar e posso te mandar depois, sem problema nenhum. Mas com folha foi gasto 78,91% me já adianto que para o ano que vem será 100%.



(A senhora Deputada Estadual Luciane Carminatti manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Não, este ano não serão 100%, este ano devemos chegar a 95%. Já estamos com 85% e devemos chegar a 95%, e no ano que vem será 100%, já está direcionado no Orçamento, e o detalhamento passo depois.

Em relação ao Universidade Gratuita, não tenho esses números aqui, mas posso levantar todos eles e te mandar.

Em relação à lógica econômica, sim, toda essa avaliação que eu fiz e que eu faço diz respeito àquilo que aconteceu no ano passado, e novamente reforço que o Congresso Nacional teve um papel extremamente relevante, com freios e contrapesos ajudando, e o direcionamento do Ministério da Fazenda. Eu acho que isso aconteceu. Para este ano temos uma série de discussões duras, o mercado é muito sensível, então falas que talvez não tenham sido as melhores, que talvez não deveriam ter acontecido, mas aconteceram, e naturalmente isso cria um embaraço para todos nós, e quando digo todos, é o Brasil. Mas reforço, do ano passado a leitura é essa que eu acabei de fazer e que faz sentido.

Então, eu te mando depois, já anotei aqui, Deputada. Obrigado pela participação e pela consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhoras Deputadas e senhores Deputados, ao que me parece não há mais manifestação por parte dos senhores Deputados.

Então eu agradeço a participação do Secretário Cleverson, do Secretário Adjunto Julio Cesar Marcellino e também da diretora de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, Graziela Luiza.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública. *(Palmas.) (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Vera Regina Zacca / Leitura Final: Siomara G. Videira]*

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE**